

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ANA MARIA DE BARROS LIMA

Lampião da Esquina: (Re) Existências homossexuais na ditadura civil-militar-cisheteronormativa (1978-1981)

**MACEIÓ
2021**

ANA MARIA DE BARROS LIMA

Monografia apresentada ao curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr.º Elias Ferreira Veras

**MACEIÓ
2021**

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- L7321 Lima, Ana Maria de Barros.
Lampião da Esquina : (re)existências homossexuais na Ditadura Civil-Militar-cisheteronormativa (1978-1981) / Ana Maria de Barros Lima. – 2021.
46 f. : il.
- Orientador: Elias Ferreira Veras.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : bacharelado)
– Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 44-46.
1. Lampião da Esquina (Jornal). 2. Identidade de gênero. 3. Sexualidade. I.
Título.

CDU: 94(81).088:32:613.885

Folha de Aprovação

ANA MARIA DE BARROS LIMA

Lampião da Esquina: (Re) Existências homossexuais na ditadura civil-militar-cisheteronormativa (1978-1981)

Monografia apresentada ao curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História e aprovada em 01 de outubro de 2021.



Prof. Dr. Elias Ferreira Veras (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª. Dr.ª. Ana Paula Palamartchuk (1ª Examinadora)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (2ª Examinador)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu querido orientador, Elias Ferreira Veras, por todo seu carinho, dedicação, sabedoria e paciência. Peço desculpas também por nem sempre atender as suas solicitações, mas saiba que serei eternamente grata por tudo que fez por mim, eu não seria capaz de chegar até aqui se não tivesse o seu apoio. Os meus mais sinceros muito obrigado por todos esses anos de aprendizados.

Agradeço especialmente as minhas amadas amigas Luana e Milena. Criamos uma bela amizade durante a graduação que com certeza levaremos adiante. A graduação seria muito mais difícil se eu não tivesse encontrado vocês, muito obrigada por agora fazerem parte de minha vida e por todo o carinho, companheirismo e aprendizados que adquirimos juntas.

À professora Ana Paula Palarmatchuk, que foi parte importante para que eu chegasse até aqui, foi com sua indicação que ingressei no projeto Pibic do Elias, o primeiro passo para a realização dessa monografia. Muito obrigada professora.

À minha banca avaliadora, professor Anderson Almeida e professora Paula Palarmatchuk que prontamente aceitaram o convite para compor a banca no último dia útil do período.

À minha amiga e companheira, Mirely, que está comigo nesses últimos 3 anos, sempre me apoiando e me acalmando em todas as vezes que pensei em desistir e por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava.

A todos os outros amigos e colegas de curso que fiz durante a graduação, especialmente a Ennia, Alcides, Rose, Caio e Mikael. Não seria possível inserir o nome de todos, mas saibam que cada um de vocês que passaram por mim deixaram marcas e serão sempre lembrados. Aos colegas do grupo de pesquisa do Pibic Jully, Adrícia, Heloísa e Paulo, as discussões realizadas com vocês foram essenciais para meu desenvolvimento e compreensão dos temas debatidos, assim como o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/ICHCA/UFAL).

Ao ensino público, especialmente a Universidade Federal de Alagoas e ao Curso de História e a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e contribuíram para minha formação, meus sinceros agradecimentos.

Por fim e não menos importante a minha avó, Lindinaura de Barros Lima, a pessoa mais doce que conheço. Fonte de sabedoria, força e dedicação. Mulher analfabeta, sempre lutou por mim, me deu educação, me ensinou muito sobre a vida e ainda ensina. Me fez gente e me ensinou a ser forte. Sem ela eu nada seria.

RESUMO

A partir de uma perspectiva interseccional, a presente monografia busca analisar o nascimento do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), fonte desta pesquisa, nos anos finais do regime civil-militar-cis-heteronormativo brasileiro. Renan Quinalha, em sua tese *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, defende que a ditadura foi produtora de uma política sexual heteronormativa. A partir dessa perspectiva de ditadura civil-militar-cisheterossexual é realizado um debate acerca do gênero e a sexualidade considerando o período aqui abordado a partir das contribuições de James N. Green (2019), Renan Quinalha (2017), João Silvério Trevisan (2018) e Edward MacRae (2018), essenciais para se compreender as perseguições às sexualidades dissidentes no período. O jornal feito por e para o público homossexual surge em meio a uma ebulição nos fins de 1977, período que as mulheres tentavam se organizar e os negros buscavam trazer para discussão as suas questões acerca do racismo e da cultura negra.

Palavras-chave: Lampião da Esquina; Ditadura civil-militar-cisheteronormativa; Gênero; sexualidade.

ABSTRACT

Based on an intersectional perspective, the current monograph aims to report the birth of the newspaper *Lampião da Esquina* (1978-1981), source of this research, in the final years of the Brazilian civil-military-cisheteronormative regime. Renan Quinalha, in his thesis, *Contra a Moral e os Bons Costumes: a Política Sexual da Ditadura Brasileira (1964-1988)* [Against Morality and Good Manners: The Sexual Politics of The Brazilian Dictatorship] defend that the dictatorship was a producer of a heteronormative sexual policy. From this perspective of civil-military-cisheterosexual dictatorship is raised a debate about gender and sexuality considering the period addressed here from the contributions of James N. Green (2019) Renan Quinalha (2017) João Silvério Trevisan (2018) e Edward MacRae (2018) essential authors to understand the persecutions of dissident's sexualities occurred in the period. The newspaper made by and for the homosexual public comes amid a movement in late 1977, period in which women tried to organize themselves and also black sought to bring to discussion their questions about racism and black culture.

Keywords: *Lampião da Esquina*; civil-military-cisheteronormative dictatorship; Gender; Sexuality.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – O Pasquim

Imagem 2 – Jornal Opinião

Imagem 3 – Jornal ChanaComChana

Imagem 4 – Capa 1º edição Lampião da Esquina

Imagem 5 – “Saindo do Gueto”

Imagem 6 – Negros qual é o lugar deles?

Imagem 7 – Reportagens

Imagem 8 – Pautas feministas

Imagem 9 – Manchetes sobre os delegados José Richetti e Deraldo Padilha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – IMPRENSA ALTERNATIVA E HOMOSSEXUAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR	16
1.1. DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL	17
1.2. A IMPRENSA ALTERNATIVA E HOMOSSEXUAL	21
CAPÍTULO II – DITADURA CIVIL-MILITAR-CISHETERONORMATIVA	27
2.1. AS PERSEGUIÇÕES ÀS HOMOSSEXUALIDADES	27
2.2. OS MÉTODOS DA CENSURA AO PÚBLICO “GUEI”	30
CAPÍTULO III – O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1979-1981)	34
3.1. “UM JORNAL HOMOSSEXUAL E DAS MINORIAS”	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O vínculo com o *Lampião da Esquina* (1978-1981) aconteceu no terceiro período do curso de bacharelado em história, em 2016, a partir da necessidade de se desenvolver um artigo para a disciplina Projetos Integradores III, ministrada pela professora Irinéia Franco. Nasce então o artigo *A luta pela cidadania homossexual no jornal O Lampião da Esquina no período de 1978 a 1981*, de uma quase caloura, dada às duas greves enfrentadas ainda no primeiro e segundo período do curso, produzido a partir das pesquisas no site do projeto Grupo Dignidade¹, que disponibiliza para o público todas as edições digitalizadas do jornal.

No mesmo contexto, nota-se um burburinho no curso, com a presença de um novo professor, recém-chegado, que prometia trazer novas formas de se pensar e fazer a história, e que logo conseguiu. Elias Ferreira Veras, que passou a atuar nas disciplinas da área de Teoria e Metodologia da História, criou em 2018 o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/ICHCA/UFAL), atraindo uma boa quantidade de estudantes que, de certa forma, faziam parte daquele mundo e se sentiram acolhidos com os novos sujeitos, temas e metodologias que o professor apresentou.

A princípio resistente, foi preciso uma “ponte” para que eu me comunicasse com o novo professor. Deixo aqui meus sinceros agradecimentos à professora Ana Paula Palarmatchuk, que me indicou e foi a partir dessa indicação que ingressei no projeto de pesquisa intitulado *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)*, tendo como objetivo historicizar e problematizar as lutas dos sujeitos LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) na redemocratização do Brasil, a partir de uma perspectiva de gênero, na qual permaneci durante 1 ano (ciclo 2018-2019) – do professor novato que trouxe tantas mudanças em tão pouco tempo de estadia no curso – e comecei a desenvolver vários trabalhos sobre homossexualidades e ditadura², pensando também a categoria interseccionalidade (CRENSHAW, 2002).

¹ Ver em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

² Nos meses de setembro e outubro de 2018, foram apresentados os trabalhos *Diálogos interseccionais no jornal O Lampião da Esquina (1978-1981): movimento homossexual, negro e operário* e *Movimento homossexual e negro: um diálogo interseccional no jornal o lampião da esquina (1978-1981)* nos eventos: X Encontro de História da UFAL e IV Seminário de Gênero, Saúde e Direitos Humanos, realizados pelos cursos de História/UFAL e Ciências Sociais/UFAL, respectivamente. No segundo semestre de 2019 foram apresentados os resultados finais em: Encontro Nacional de História da UFAL sob o título *Movimento Negro Unificado: uma análise das questões raciais nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)*; e no encontro PIBIC da UFAL.

A presente monografia está relacionada à chegada do novo professor, à fundação do GEPHGS e pelo meu ingresso na iniciação científica (Ciclo 2018-2019). Na pesquisa que desenvolvi no Pibic abordei a interseccionalidade entre os movimentos homossexual e negro, a partir do uso da imprensa como fonte de pesquisa, especificamente, o jornal *Lampião da Esquina*. Contudo, para a monografia chegamos à conclusão de que seria mais viável abordar apenas a questão homossexual no *Lampião*, objeto/fonte com a qual mantenho uma relação de amor e ódio. O tema me esgotou, a vida tomou rumos os quais eu não imaginava e meus interesses agora são outros. De qualquer forma, agradeço imensamente ao curso de história, que me proporcionou experiências das quais jamais esquecerei e acredito que não seriam possíveis de serem realizadas em outros locais.

Esta monografia está relacionada as discussões do projeto *Existências e resistências homossexuais no Brasil da abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)*, Chamada MCTIC/CNPqNº 28/2018, coordenado pelo professor Dr.º Elias Ferreira Veras. O projeto de pesquisa tem como objetivo historicizar os modos de vida homossexuais no Brasil da Abertura, a partir de uma perspectiva de gênero (BUTLER, 2003, 2017; PEDRO, 2005; SCOTT, 1995). A pesquisa, coordenada pelo professor Dr. Elias Ferreira Veras, do Curso de História (Graduação e Pós-Graduação), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), insere-se no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS-UFAL-CNPq). O estudo tem como recorte temporal, os últimos anos da ditadura civil-militar no Brasil, momento em que emergem as primeiras organizações homossexuais no país, como o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual (1978) e o GALF -Grupo de Afirmação Lésbica Feminista (1979/1980); e os primeiros anos da redemocratização brasileira, quando diversos grupos homossexuais, por exemplo, Grupo Gay da Bahia (BA) e Triângulo Rosa (RJ), se mobilizam para a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988.

Em *Páginas de transgressão, de dor e de luta: A imprensa periódica como fonte para uma história social e cultural das homossexualidades masculinas no Brasil (2021)*, Benito Schmidt se propõe a demonstrar a possibilidade de se fazer história, tanto social, como cultural a partir da imprensa. O autor busca incentivar cada vez mais a realização de pesquisa dentro desse universo acerca do gênero e da sexualidade.

Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2018), apontam que durante muito tempo as questões sobre sexualidade e gênero como outras pautas sociais a exemplos da categoria

“mulher” foram pensadas somente nas Ciências Sociais e Antropologia. A ruptura do silêncio da história acontece com o advento das contribuições à historiografia resultantes do movimento feminista e do pensamento de Michel Foucault, que possibilitaram a introdução de novas abordagens, sujeitos e problemáticas no campo da escrita da história.

De acordo com Veras e Pedro (2018) apontam que tal invisibilidade pode ser explicada pelo viés político no “fazer historiográfico, que, ao eleger determinados temas – eleição política -, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias” (p.96). A tardia inserção das categorias de análise “gênero” e “mulher” deveu-se a ideia errônea de “que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas” (VERAS; PEDRO; 2018; p.96).

Se, por um lado, a invisibilidade das mulheres era produzida pela hegemonia do sujeito masculino universal, por outro, a exclusão das homossexualidades demonstra que os homossexuais nem mesmo como o outro fazem parte da história. Estes sujeitos, na lógica da história tradicional, não seriam o outro, mas o não-humano, uma vez excluídos da humanidade legitimada pela heteronormatividade (Ibidem).

Continuando esse pensamento Judith Butler e Michel Foucault são autores de grande importância para se pensar e compreender as questões acerca do gênero e da sexualidade. Os estudos brasileiros, como observa Veras e Pedro (2018), se baseiam nas concepções elaboradas por Butler sobre a performatividade de gênero. Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), a autora tece uma crítica ao movimento feminista observando que a política de afirmação poderia ter um efeito excludente e regulador dos sujeitos.

Foucault concebe os sujeitos heterossexual e homossexual como invenções do advento da modernidade, especificamente frutos do que ele caracteriza como “dispositivo da sexualidade” e “não figuras trans históricas cujos desejos e práticas derivariam de essências imutáveis e naturais” (SCHMIDT; BASTOS; MEDEIROS; 2021, p. 18)

Fruto da iniciação científica *A luta pela cidadania homossexual no jornal O Lâmpião da Esquina (1978 a 1981)* foi uma pesquisa, por mim desenvolvida entre 2018 e 2019. Esta teve por finalidade realizar levantamento bibliográfico que auxiliaram na análise e compreensão da fonte; compreender e contextualizar o jornal assim como a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e traçar a interseccionalidade entre os movimentos negro e homossexual a partir da fonte baseada nas contribuições de Michel

Foucault (2017), Joan Scott (1995) e Kimberlé Crenshaw (2002) pensando sexualidade, gênero e interseccionalidade, respectivamente.

A categoria interseccionalidade compõe-se da percepção das dinâmicas de interação entre eixos de subordinação que indicam as particularidades de como cada indivíduo vivencia a discriminação compreendendo que os marcadores sociais – como gênero, raça e classe – não se excluem, mas se transformam em uma rede intrínseca de discriminações cruzadas; Foucault (2017), compreende a sexualidade como um dispositivo de poder que emerge historicamente como forma de controlar os corpos; A categoria gênero possibilitou a interpretação das normas sociais que permearam os discursos do *Lampião da Esquina* que desafiaram as noções e padrões de sexualidade esperados e impostos socialmente.

Para pensar esse período temos as importantes contribuições de James N. Green (2019), João Silvério Trevisan (2018), Edward MacRae (2018), obras clássicas necessárias em qualquer pesquisa acerca do tema ditadura e homossexualidades. Os três autores vivenciaram o período no qual escreveram seus trabalhos tão bem elaborados, contribuem grandiosamente para uma história das sexualidades que busque refletir e analisar as opressões, resistências e atuação dos LGBTQIA+ no período do regime civil-militar-cisheteronormativo.

O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) surgiu como imprensa alternativa nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira, sendo o primeiro jornal de temática homossexual de circulação nacional no país. Além do tema das homossexualidades, o *Lampião* abriu espaço em suas páginas para outras discussões político-sociais. Apesar de o periódico ter conquistado mais visibilidade, ele não foi o primeiro, nem o único jornal a abordar a questão da homossexualidade no Brasil.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado *Imprensa alternativa e homossexual na ditadura civil-militar*, abordo a ditadura civil-militar brasileira instaurada em março do ano de 1964. Contextualizo a imprensa alternativa ou “nanica”, que emerge como forma de resistência ao golpe que instalou a ditadura civil-militar-cisheteronormativa. O *Lampião da Esquina* emerge nesse contexto, nos anos finais do regime, fruto da reorganização da sociedade que luta por direitos.

No segundo capítulo *Ditadura Civil-militar-cisheteronormativa*³, atento-me ao debate sobre ditadura e gênero a partir das contribuições de James N. Green (2019), Renan Quinalha (2017), João Silvério Trevisan (2018) e Edward MacRae (2018), essenciais para compreender as perseguições às sexualidades dissidentes ocorridas no período. Discuto a utilização do termo ditadura hetero-civil-militar-cisheteronormativa, pensada por Renan Quinalha em sua tese *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, contudo, faço deslocamento, a partir das discussões realizadas no GEPHGS e da crítica das intelectuais trans (NASCIMENTO, 2021), empregando o termo ditadura civil-militar-cisheteronormativa. Observo as formas utilizadas pelo aparato repressor do regime civil-militar de enquadramento dos dissidentes e suas truculentas abordagens aos espaços de sociabilidade LGBTQI+.

Por fim, no terceiro e último capítulo intitulado *O jornal Lâmpião da Esquina* apresento o periódico, fonte e objeto desta pesquisa. O jornal enfrentou a face conservadora das esquerdas e o pragmatismo das direitas⁴ e a censura militar, sem deixar de refletir “as mudanças comportamentais pelas quais o Brasil e o mundo estavam passando” (RODRIGUES, 2015, p.91). Serviu como instrumento para a organização e emergência do chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e abriu espaço para discussão sobre, como era chamada na época, as minorias, possibilitando espaço as pautas negras e feministas nas suas páginas.

Retornando as contribuições de Veras e Pedro (2018) observamos a importância de se fazer uma história que reflita as questões de gênero, sexualidade e raciais. Estes sujeitos que por anos permaneceram as margens do fazer historiográfico muito tem a contribuir para compreensão de vários contextos nos quais os marcadores sociais devem ser analisados para que uma completa análise/escrita da história aconteça.

Pensar e escrever sobre uma história das homossexualidades no Brasil civil-militar-cisheteronormativo é abrir as portas para uma minoria que durante muitos anos permaneceu esquecida nas margens do fazer historiográfico. Podemos observar as pequenas e grandes formas de violentações ainda sofridas pelo público LGBTQIA+ na contemporaneidade como herança de um país que passou por um truculento período e que ainda há quem se orgulhe

³ Em estudos de gênero, a cisgenderidade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênera. O termo cisgênero é o oposto da palavra transgênero.

⁴ Utilizo os termos Esquerda e Direita no plural por compreender que não existia somente um movimento de esquerda ou um de direita.

desse momento vergonhoso de nossa história. Esse trabalho realizado por uma mulher, lésbica e negra significa uma pequena-grande vitória em uma trajetória de muita resistência e luta diária.

CAPÍTULO I – IMPRENSA ALTERNATIVA E HOMOSSEXUAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo começarei a contextualizar o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*. Esse jornal, fonte e objeto de estudo desta pesquisa, se insere no cenário de emergência da imprensa alternativa (KUCINSKI, 1991) e homossexual, no contexto da repressão e perseguição aos homossexuais, que hoje chamaríamos LGBTQI+, durante o regime civil-militar brasileiro. Assim como o *Pasquim* e o *Opinião*⁵, pioneiros desse tipo de imprensa, também chamada “nanica”⁶, o *Lampião da esquina*, driblou a censura e desafiou os limites do poder autoritário (GREEN, 2015, p. 180), construindo novas imagens sobre as sexualidades dissidentes.

Foi também neste período em que a sociedade se organizou a favor da anistia⁷; em que emergiram os primeiros movimentos de minorias, como eram chamados na época os movimentos formados por negros/as, homossexuais/LGBTQIA+ e mulheres cis; em que ocorreram as greves dos operários no ABC paulista, manifestações que se constituíram em forte oposição ao regime vigente. Estas manifestações foram possibilitadas pelo fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁸, cuja revogação e a intensificação dos movimentos contra a ditadura contribuíram para a chamada abertura política (Rodrigues (2015); Green (2015); MacRae (2018)).

A partir de Carlos Fico (2017), abordo nos tópicos seguintes o importante debate historiográfico que o historiador realiza acerca da ditadura, me interessando, especificamente, com a nomenclatura sobre o período. Apresento alguns dos departamentos da repressão policial e a sua forma de atuação até chegar ao período de abertura política e a importante atuação do movimento estudantil para enfrentamento do regime e a reorganização da sociedade.

⁵ Um espaço ao *Pasquim* e ao *Opinião* será dado no tópico 1.2.

⁶ A chamada imprensa alternativa ou nanica são jornais que se posicionaram politicamente contra a ditadura, diferenciando-se da grande imprensa (para além de seus formatos de impressão e a variedade de temas abordados). Ver sobre em: <KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** / Bernardo Kucinski. - 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991>.

⁷ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, foi sancionada durante a presidência de João Batista Figueiredo, após ampla mobilização da sociedade em favor daqueles considerados inimigos do regime que foram exilados e presos.

⁸ Instalado em julho de 1968 o Ato Institucional nº 5 vigorou até dezembro de 1978, período considerado o mais duro do regime civil-militar. O ato manteve o país em um Estado de exceção que deu poderes a agir contra tudo e todos que eram desfavoráveis ao regime. Para mais informações ver: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15/08/2020.

Ainda neste capítulo, falarei sobre a utilização da imprensa como fonte de pesquisa e sobre o surgimento de diversos jornais alternativos que lutaram contra a repressão militar, dando a devida atenção aos nanicos *Pasquim* e *Opinião*. Também falo um pouco sobre a imprensa lésbica feminista e o jornal *ChanacomChana*. E então discutiremos a atuação dos jornais alternativos buscando contextualizar cada vez mais a fundação do Lampião da Esquina e sua atuação durante os anos em que circulou.

1.1. DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

O historiador Carlos Fico, no artigo *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* (2017), faz um importante levantamento bibliográfico referente ao tema da ditadura fundamentando sua escrita em conceitos de outros/as historiadores/as sobre o tema. Desse modo, constrói um debate historiográfico buscando problematizar alguns conceitos partindo das “mais relevantes obras sobre a ditadura militar recentes ou não” (FICO, 2017, p.7).

Fico aponta que o debate acerca do regime militar brasileiro passou a interessar aos/as historiadores/as apenas após os anos de 1980, vencendo a época de escassez de fontes e superando o debate que antes se firmava no âmbito da Ciência Política. Se antes o problema era a escassez de fontes para construção de trabalhos acerca do regime militar brasileiro, agora o problema situava-se na análise e interpretação destas fontes.

Para o historiador, por exemplo, a luta armada teve inexpressivo significado diante da superioridade da repressão, tornando-se meramente defensiva (FICO, 2017, p.41), contudo, Fico ressalta que ela se tornou um fato emblemático na história da ditadura brasileira ressaltando o impacto na vida dos militantes (FICO, 2017, p.44).

O debate historiográfico proposto por Fico é de suma importância para a análise, interpretação e formulação teórico-conceituais na medida em que possibilita ampliar a discussão para atuais e futuros historiadores/as. A grande contribuição do autor gira em torno de sua sugestão de pesquisa para melhor análise e compreensão da luta armada, pois observa que o tema constitui tabu e pouco é citado pelos trabalhos relacionados à temática.

Atentei-me mais profundamente a respeito do debate realizado pelo historiador em torno da denominação do regime. *A priori* o autor traz a perspectiva de Daniel Aarão Reis Filho, que aponta que “a denominação civil-militar seria razoável [...] por causa do apoio civil que o golpe e a ditadura tiveram, o que constituiria a ‘dimensão civil do regime ditatorial,

mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares (REIS, 2014, p. 62. Grifado no original)’ (FICO, 2017, p.52).

Entretanto, Fico analisa que “o qualificativo civil diz pouco quando usado apenas em oposição a militar” e concorda com René Armand Dreifuss, que utiliza o termo civil associado com a questão classista. Ainda tece uma dura crítica ao conceito formulado por Reis Filho, apontando que “fosse razoável o argumento de Daniel, teríamos de designar a ditadura como civil-militar-empresarial-midiática-católica e assim por diante, tornando o debate ainda mais viciado por nominalismo.” (FICO, 2017, p.52).

Dito isto, utilizo neste trabalho a nomenclatura “civil-militar” em concordância com Carlos Fico quando diz que a ditadura foi militar e que “o golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar” (2017, p.53).

Efetuada o golpe, inicia-se a chamada operação limpeza baseada no discurso anticomunista e de anticorrupção comandada por capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis integrantes da “linha dura”. A “comunidade”, instrumento de punição, ampara-se nos “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura (FICO, 2003, p.174-5).

O ano de 1968 começou com protestos estudantis contra a ditadura militar e um sentimento crescente de otimismo quanto à possibilidade de um retorno ao governo democrático. Mas terminou com o mais duradouro Ato Institucional, o AI-5, que decretou o fechamento do Congresso, a suspensão dos direitos constitucionais e a cassação de inúmeros mandatos. [...] A tortura e a prisão das vozes dissidentes tornaram-se práticas comuns. (GREEN, 2019, p.401).

A instalação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em julho de 1968, confirmou a impossibilidade de luta no terreno legal. A principal motivação para o AI-5 foi a insatisfação da linha-dura com o desenvolvimento dos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (FERREIRA, 2003). Ainda existiam as Zonas de Defesa Interna (ZDIs), que englobavam várias outras subdivisões. Os Codis, Centro de Operação e Defesa Interna, era o órgão de planejamentos dirigidos pelos chefes de Estado-Maior do Exército respectivo. E os DOIs, Destacamento de Operações de Informação, que executavam a prisão, tortura e assassinato (FERREIRA, 2003).

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁹, um dos blocos de sustentação do período civil-militar foi a política de censura. Inserida em uma longa tradição de regulação dos costumes baseados no discurso de defesa dos valores morais e familiares da sociedade brasileira.

Na questão da censura não apenas a imprensa, mas também as atividades artísticas, culturais e recreativas foram reguladas, como cinema, teatro, Tv, os bailes musicais e as apresentações de cantores/as em casas noturnas (FERREIRA, 2003). Existiu uma colaboração das diversas instâncias envolvidas, como donos de jornais, produtores de cinema e de televisão (FERREIRA, 2003). Estes agentes midiáticos possuíam longa trajetória de relacionamento com os poderes constituídos, por interesses materiais e convicção política (FICO, 2003). O AI-5 foi utilizado para a censura da imprensa assim como a Lei de Imprensa,¹⁰ que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

A crise do regime militar se inicia em meados de 1974 a partir de dois distintos pontos: primeiro, a formulação de um processo de inserir o Brasil em um Estado de Direito, conforme o projeto Geisel-Golbery¹¹; segundo, a vitória eleitoral do MDB em 1974. De acordo com Jorge Ferreira (2003), os atores principais da crise foram a pressão externa e os condicionantes da economia mundial; os militares e seus condicionantes institucionais; e a oposição representada pelo MDB.

O fim do AI-5 no final da década de 1970 possibilitou a reorganização dos movimentos sociais (Rodrigues, 2015; Green, 2015; MacRae, 2018). Neste período, os movimentos sociais vão pensar em suas peculiaridades, voltando-se para as questões identitárias, rompendo com o pensamento da esquerda tradicional, que entendia que essas lutas fragmentavam a chamada “luta maior”.

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ver sobre em: <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/>

¹⁰ Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 conhecida como Lei de Imprensa “anunciava regular a ‘liberdade de manifestação do pensamento e de informação’, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de ‘processos de subversão da ordem política e social’. O segundo parágrafo do artigo inicial informava que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura ‘na forma da lei’. Livros e periódicos não poderiam ser ‘clandestinos’ ou atentar contra a ‘moral e os bons costumes’. De modo que tudo poderia ser censurado, bastando ao governo lançar mão desta ou daquela dubiedade da legislação” (FICO, 2003, p. 188).

¹¹ Projeto de abertura política iniciado em 1974 por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que tinha o objetivo da distensão lenta, gradual e segura para a democracia nos últimos anos do regime civil-militar. Ver sobre em: <SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 / Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado [organizadores]. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.>.

O movimento estudantil teve grande importância nessa reorganização da sociedade. Seu intenso esforço em fortalecer suas bases no momento de reconstrução e até mesmo refundação das entidades estudantis junto ao fortalecimento de oposição ao regime militar conseguiu inserir a chamada abertura política de forma controlada e gradual. As atividades culturais desempenharam importante papel no senso de coletividade do movimento estudantil no “cotidiano das festas, cineclubes, shows e calouradas” (CNV; 2014, p.334).

Na década de 1970 viu-se surgir um movimento de liberação individual, que ficou conhecido como “desbunde”. O indivíduo desbundava quando abria mão de uma suposta responsabilidade com os “compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade” (TREVISAN, 2018, p. 270). Trevisan (2018) explica que “a urgência de uma modernização em ambiente avesso à prática política democrática talvez tenha favorecido, entre os jovens, o surgimento de movimentos de liberação nem sempre alinhados com orientações ideológicas precisas” (p.270).

Esse movimento de “desbunde” foi fruto da contracultura norte americana adotada pelos intelectuais e jovens brasileiros que se preocupava agora com “soluções para suas próprias contradições [...] voltavam suas preocupações para questões como: o corpo, o erotismo, a subversão de valores e de comportamentos” (MACRAE; 2018, 94). Nesse processo de abertura política, a intelectualidade brasileira passa a contestar velhas tradições políticas, “a teoria e a prática das esquerdas eram questionadas, criticando-se também seu conservadorismo cultural, refletido na sua dificuldade em inovar nas áreas das artes e dos costumes” (Ibid., p.95).

Uma importante forma de contestação cultural ocorreu no âmbito da sexualidade, com o advento da pílula que possibilitou o desmembramento entre sexo e procriação somada a uma progressiva contestação dos valores morais tornou a vida sexual dos jovens brasileiros mais abertas e livre (Ibid., 97).

Por outro lado, Renan Quinalha (2017) destaca que a bibliografia sobre o período ditatorial brasileiro teve sua ênfase nos aspectos mais traumáticos contra os atores políticos e isso contribuiu para

a construção de uma narrativa de convivência de uma repressão política dura e um controle moral brando, a emergência da contracultura ou do “desbunde”, deixando uma impressão de que a

ditadura teria sido tolerante ou condescendente com a evolução e com a liberdade sexual que se impuseram naquele momento. (QUINALHA; 2017, p.24).

Nesse sentido o jornal e as referências utilizadas neste trabalho caminham para uma perspectiva de enfrentamento das minorias ao aparato repressor da ditadura civil-militar-cisheteronormativo que veremos no tópico a seguir sobre a imprensa alternativa e no capítulo II com a discussão sobre gênero e ditadura.

1.2. A IMPRENSA ALTERNATIVA E HOMOSSEXUAL

Durante muito tempo os jornais foram objeto de desconfiança entre os/as historiadores/as. Houve certa relutância e resistência em se escrever a história por meio dos periódicos. Tania Regina de Luca observa que tal receio se deu pela tradição do século XIX e início do XX de se buscar nas fontes, a verdade dos fatos (LUCA; 2008, p.111-112). Com a terceira geração da escola dos *Annales* essa prática historiográfica se alterou, seja com a criação da Nova História e sua proposta de “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA; p. 112), seja com as contribuições de outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, Antropologia, Linguística, dentre outras, que incentivaram a interdisciplinaridade e levaram historiadores/as à novas reflexões teórico-metodológicas. A terceira geração dos *Annales* não só ampliou as possibilidades de se utilizar novas fontes como renovou as temáticas de pesquisas.

A utilização do periódico como fonte implica uma metodologia de análise de discurso combinada com revisão bibliográfica, que leva em consideração não reproduzir e concordar com o que se está posto, pois todo jornal possui posição político-ideológica, estando longe de qualquer imparcialidade. Nesse sentido, além dos estudos de Luca, a reflexão metodológica de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado também auxilia na escrita deste trabalho.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO *apud* LUCA, p. 118)

Kucinski (1991) aponta que nasceram e morreram cerca de 150 periódicos da chamada imprensa alternativa ou nanica no período compreendido entre 1964 e 1980. Todos tinham

como objetivo a oposição ao regime instaurado em 1964. Esse tipo de imprensa surge como forma de resistência ao golpe que instalou a ditadura civil-militar-cisheteronormativa em 1964. Segundo Kucinski:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (KUCINSKI, 1991, p.6).

Nas palavras de Edward Macrae:

Para escapar dos rigores da censura e da autocensura, vigentes especialmente na grande imprensa, alguns jornalistas resolveram fundar pequenos jornais, de tiragem irregular usando técnicas quase artesanais de impressão. Nascia, assim, a ‘imprensa alternativa’ ou a ‘imprensa nanica’ (MACRAE, 2018, p.141).

Esses jornais se posicionaram politicamente contra a ditadura, diferenciando-se da grande imprensa (para além de seus formatos de impressão e a variedade de temas abordados). “A imprensa alternativa tornou-se veículo para expor os problemas e cobrar a restauração da democracia, o respeito pelos direitos humanos e fazer críticas ao modelo econômico” (CNV, 2014, p.383).

Os jornais alternativos dividiam-se, basicamente, em duas classes distintas. Alguns, com características essencialmente políticas, valorizavam os ideais do nacional e do popular dos anos 1950, fundamentados pelo marxismo difundido entre os estudantes dos anos 1960. Outros periódicos tinham suas bases estabelecidas nos movimentos de contracultura norte-americanos e, por meio deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Os jornais dessa vertente cultural rejeitavam discursos ideológicos, propunham a ruptura cultural e promoviam a crítica dos costumes, do autoritarismo e do moralismo na sociedade (CNV, Idem).

Os pioneiros dessa imprensa alternativa ou nanica foram o *Pasquim* e o *Opinião* “que contestaram as mentiras do regime, driblaram a censura e desafiaram os limites do poder autoritário” (GREEN, 2015, p. 180).

Fundado por jornalistas e intelectuais, sendo eles, Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prospero, Claudius, Carlos Magaldi e Murilo Reis, o *Pasquim*¹² foi considerado um marco na imprensa alternativa. Com circulação semanal - a primeira edição saiu em 26 de junho de 1969 -. Suas edições traziam temas políticos, comportamentais e críticas sociais. Misturavam humor com sua linguagem coloquial e provocativa. No mesmo ano de seu lançamento alcançou a tiragem de 200 mil exemplares¹³.



Imagem I – O Pasquim.
Capa da 1ª edição – 26 de junho de 1969

O *Opinião* foi um jornal que circulou semanalmente entre 23 de outubro de 1972 e 8 de abril de 1977. Considerado o mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos 70, foi o jornal que tinha o perfil mais intelectual (CNV; 2014, vol.2, txt 9). Fernando Gasparian, idealizador do jornal, reuniu intelectuais do país e do exterior em torno da ideia da publicação. De acordo com a análise da CNV (vol.2; txt. 9) o *Opinião* pouco se diferenciou da grande mídia possuindo uma abordagem superficial quando se tratou da repressão política. O jornal recebia pressões à medida que crescia em sua influência, teve seu fim pelas restrições

Imagem 2 – Jornal Opinião

¹² As edições do jornal O Pasquim estão disponíveis para consulta no acervo digital da Biblioteca Nacional.

¹³ Ver mais sobre o Pasquim: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pasquim-o>>. Acesso em: 08/07/2021.

sofridas pela censura e sofreu um atentado a bomba em 15 de novembro de 1976, provocado pela Aliança Anticomunista Brasileira¹⁴.



Imagem II – O Opinião

A imprensa gay se manifesta na década de 1960 a partir da necessidade de um público que desejou encontrar com os seus semelhantes (RODRIGUES; 2015). No início da década de 1960 pode-se observar a emergência das primeiras publicações voltadas ao segmento homossexual com circulação restrita. De acordo com o *Lampião da Esquina* (ed. extra 03, 1980) os jornais publicaram sobre os acontecimentos culturais, vida noturna, reportagens e classificados. São alguns desses jornais o *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, entre muitos outros (RODRIGUES; 2015, p.89).

Os responsáveis por estas publicações tiveram a ideia de fundar a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG) no ano de 1968. Thasio Fernandes Sobral (2019), nos conta que o ano de 1968

[...] fervilhava politicamente, e uma forma institucionalizada de expressão da imprensa *guei* parecia a decisão mais coerente a ser feita, fazendo com que os jornais almejassem participar de tal iniciativa, e, inclusive, promovendo um primeiro encontro chamado de Congresso da ABIG [...] Entretanto, no fim do ano os militares implementaram o mais impetuoso Ato Institucional, o AI-5, minando a animosidade de seus integrantes, que optaram encerrar a associação por medo da repressão” (p.43).

¹⁴ Ver mais sobre o Opinião: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20%20-%20Texto%209.pdf>>. Acesso em: 08/07/2021.

Mesmo com a vigência do AI-5, a década de 1970 viu ressurgir as publicações alternativas voltadas ao público homossexual “se justificando, em parte, como uma das expressões do processo de distensão da Ditadura Militar” (SOBRAL, 2019, p.43).

ChanaComChana foi uma publicação coletiva que surgiu a partir do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) também dentro dessa imprensa conhecida como nanica que circulou entre 1981 e 1987. O periódico deixava claro que suas publicações eram feitas por e para mulheres abordando os temas ligados ao movimento feminista e ao movimento homossexual, buscaram acolher, visibilizar e pautar a identidade. Teve alcance nacional em suas publicações “propiciando a quebra do isolamento, aproximando e informando lésbicas de todo o país” (FERNANDES, 2018).



Imagem 3 – Jornal Chanacomchana.
1ª edição

Os jornais alternativos se organizavam na medida em que mudanças no imaginário aconteciam. Essa imprensa alternativa tinha como público alvo estudantes, jovens e intelectuais, trazia em suas páginas críticas ao regime civil-militar-cisheteronormativo e informações políticas-culturais nacionais e dos demais países. Kucinski (1991) concebe essa imprensa alternativa em cinco diferentes fases, apontando que em cada fase o caráter de articulação e as motivações eram diferentes. Com mudanças no relacionamento com o/a leitor/a, em sua estética e formas operacionais.

A maioria dos jornais alternativos desapareceu da imprensa brasileira na década de 1980, no contexto dos atentados ocorridos entre 1978 e 1980 contra este segmento e pelos problemas financeiros enfrentados por este tipo de imprensa (KUCINSKI, 1991, p. 5). Foi também durante a década de 1970 em que a sociedade se organizou a favor da anistia, em que emergiram os primeiros movimentos de minorias marginalizadas, como eram chamados na época os movimentos formados por negros/as, homossexuais e mulheres, e ocorreram as greves dos operários no ABC paulista, que se constituíram em forte oposição ao modelo político vigente. Estas manifestações foram possibilitadas pelo fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), cuja revogação e a intensificação dos movimentos contra a ditadura contribuíram para a chamada abertura política. É dentro desse contexto de abertura política que surge o *Lampião da Esquina*, em 1978.

CAPÍTULO II – DITADURA CIVIL-MILITAR-CISHETERONORMATIVA

2.1. AS PERSEGUIÇÕES ÀS HOMOSSEXUALIDADES

Na tese *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, Renan Quinalha (2017), argumenta que a ditadura civil-militar-cisheteronormativa foi produtora de uma política sexual heteronormativa, apontando que a narrativa historiográfica sobre o período invisibilizou os conflitos de gênero e sexualidade que marcaram o regime.

O debate sobre gênero e a sexualidade é relativamente novo no campo historiográfico, adotados no contexto das contribuições à historiografia resultantes do movimento feminista e do pensamento de Michel Foucault, que possibilitaram a introdução de novas abordagens, sujeitos e problemáticas no campo da escrita da história.

Parte significativa da historiografia brasileira produzida sobre a ditadura civil-militar, por exemplo, manteve relativo silêncio quanto às relações de gênero, sexualidade e raça observadas no período. Apontarei, a partir de Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro (2018), que a possibilidade de pensar uma historiografia que rompa com os silêncios de Clio sobre as homossexualidades.

No artigo *Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil (2014)*, Veras e Pedro apontam que durante os 40 últimos anos o tema acerca das homossexualidades foi interesse de pesquisa quase que unicamente dos antropólogos e sociólogos. Contudo analisam que apesar do lugar de marginalidade dos estudos sobre o público LGBTQIA+ na produção historiográfica, essa estaria abrindo espaço para tais discussões.

É justamente com James N. Green que vemos uma preocupação nos estudos históricos brasileiros acerca das homossexualidades. Fruto do doutorado de James N. Green o livro *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2019), originalmente lançado no ano 2000, é obra clássica e referência quando se trata de compreender a formação das sexualidades no Brasil nos fins do regime militar brasileiro. O livro tem por objetivo as investigações acerca de uma emergência de uma cultura homossexual nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Com uma longa periodicidade que vai dos anos finais do século XIX à década de 80 no século XX, James N. Green consegue reconstruir e analisar as sociabilidades apresentando o cotidiano e as transformações sociais e políticas em cada período. Contribui também demonstrando as mudanças nas formas de como compreendemos a sexualidade, a sua forma de organização e identificação chegando na década de 1980 “quando surge o que o autor considera a primeira onda do ativismo homossexual brasileiro” (GREEN, 2019, p.11).

Outra obra clássica quando se trata de homossexualidade no Brasil é o livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018), de autoria do jornalista João Silvério Trevisan. O livro também conta com uma longa periodicidade tendo início no período da Inquisição ao Brasil ditadura. Durante esse percurso vemos a Igreja Católica dar lugar à medicina na opressão da diversidade sexual e de gênero. Trevisan explora os dois lados da história ao mostrar um Brasil repressor e um Brasil que resiste.

O autor, João Silvério Trevisan, foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina* e membro do Grupo Somos/SP, uma organização de ativistas pelos direitos homossexuais que surgiu em 1979. Uma parte cultural do país é representada em sua obra através de artistas e grupos que ousaram em suas carreiras e tiveram coragem de mostrar como eram, a exemplo do grupo Dzi Croquettes, do cantor/artista Ney Matogrosso os cantores Gilberto Gil e Caetano Veloso, que fizeram parte do movimento tropicália¹⁵.

Recentemente, o tema das homossexualidades foi trabalhado no Relatório Final da Comissão da Verdade e na coletânea *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade* (2015). As preocupações sobre as discussões de gênero e sexualidade tornam-se necessárias na nova historiografia, que vem sendo escrita sobre a ditadura civil-militar-cisheteronormativa brasileira, inserindo através disto novos sujeitos e temas – homossexuais, mulheres, negros/as – que durante anos foram excluídos/apagados da historiografia.

Atualmente temos diversas pesquisas sendo desenvolvidas em grupos de estudos nas dezenas de universidades espalhadas pelo país. A exemplo disto podemos citar o Laboratório

¹⁵Movimento tropicália ou tropicalismo foi uma expressão cultural manifestada sobretudo na música popular brasileira na década de 1960, não deixando de lado as outras formas de expressões artísticas como o teatro, a poesia, o cinema e as artes plásticas. O movimento realizava debates políticos importantes e leitura crítica sobre a realidade do país no período em que se inseriu em suas múltiplas formas de expressão. Ver sobre em: <https://doi.org/10.1590/ts.v1i2.84780>. Acesso em: 18/08/2021.

de Pesquisa de Gênero e História¹⁶, coordenado pelas Profs.^a Drs.^a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, onde são orientados e desenvolvidos diversos trabalhos sobre gênero, sexualidade e feminismos.

Os trabalhos desenvolvidos no GEPHGS, da UFAL, cuja a presente pesquisa está ligada, também se inserem nesse contexto de pensar o período da ditadura no Brasil a partir da perspectiva de gênero, sexualidade, classe e raça. A pesquisa *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)* e o projeto *Existências e resistências homossexuais no Brasil da abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)* fazem parte desse esforço de pensar outra historiografia, não somente sobre o período, mas sobre o Estado de Alagoas.

A coletânea “*Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*” (2015), organizada por James Green e Renan Quinalha é uma importante obra para se compreender tais questões. No prefácio da obra, Carlos Fico observa que não devemos reduzir a história da ditadura à repressão e suas vítimas. É necessário analisar a esfera privada e as relações criadas no cotidiano e não surpreende a adoção do falso moralismo preconceituoso pelo aparato da repressão.

As tentativas de enquadramento e normalização das sexualidades dissidentes remontam a períodos muito anteriores à formação do Estado brasileiro. Discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e de diversas outras ordens se intercalavam e se combinavam de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico (QUINALHA; 2017, p.24).

Nesse sentido é justamente com as contribuições de Foucault e Butler sobre gênero e sexualidade que fazem com que a ditadura seja pensada como cisheteronormativa e não somente civil-militar. A construção da história da sexualidade é um processo cujo significados e conteúdos estão em constantes transformações, assim como as relações humanas. Com o advento da modernidade e o nascer do que Foucault caracteriza como “dispositivo da sexualidade” “surge um personagem – o homossexual – concebido como membro de uma espécie dotado de características pessoais próprias” (MACRAE; 2018).

¹⁶ Ver sobre o LEGH: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/>

2.2. OS MÉTODOS DA CENSURA AO PÚBLICO “GUEI”

A ditadura utilizou de artifícios “legais e contravencionais, tais como “ato obsceno em lugar público”, “vadiagem” ou violação à “moral e aos bons costumes”, foram intensamente mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes” (QUINALHA; 2017, p.25). A perseguição não se deu somente aos militantes de esquerda. Nos centros urbanos a repressão policial se fez costumeira contra homossexuais, travestis e prostitutas (QUINALHA, 2017).

Conforme apontou a Comissão Nacional da Verdade, durante a ditadura civil-militar, de forma mais intensa do que em outros períodos da nossa história, o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como um ameaça ou perigo social. A criação da figura de um “inimigo interno” valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (QUINALHA., 2017, p.25).

James N. Green e João Silvério Trevisan em *Além do carnaval* (2019) e *Devassos no paraíso* (2018), respectivamente, apontam a perseguição dos militares às sexualidades “subversivas” e a forma como isso afetou a sociabilidade homossexual, nos anos de 1969 a 1972 (GREEN, 2019, p.406), com a intensificação das batidas policiais e o excesso de monitoramento destes locais.

Entre os dissidentes sexuais, as travestis e os homossexuais masculinos dotados de estilo de gênero dissonante, por mais visíveis, foram os mais atingidos. Seguiram sendo caçados nas ruas, praças e nos parques, em higienísticas operações policiais, com um agravante: foram elevados à categoria de “elementos da ação subversiva” (RODRIGUES;2015, p.202).

Houve associações entre subversão/comunismo e homossexualidade como forma de justificar a repressão as homossexualidades do período. No seu artigo *Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar*, publicado na coletânea *Ditaduras e homossexualidades* (2015), organizada por James N. Green e Renan Quinalha, Benjamim Cowen (2015) explica esse fato quando diz que “[...] as autoridades demonstraram muita preocupação sobre a homossexualidade masculina como uma prática degenerativa, furtiva e de efeminados, que elas vaga e variavelmente associaram com subversão comunista e vulnerabilidade política” (p.32).

Nem mesmo os grupos progressistas das esquerdas abraçavam a questão das homossexualidades, pois a preocupação destas era sobretudo a chamada “luta maior”, que fez com que muitos que participaram dessas organizações abrissem mão de sua sexualidade, considerada coisa de “pequeno burguês”, em nome da restauração da democracia (GREEN; 2012, p.73). Para este fato Colling (2015) aponta que:

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Esses dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina [e homossexual] e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nessa medida, institui-se a invisibilidade da mulher [e do homossexual] como sujeito político.

A esquerda revolucionária brasileira via a homossexualidade como um comportamento “contrarrevolucionário”, a homossexualidade seria um comportamento inadequado e “inaceitável” (GREEN; 2012, p.59-61). James Green explica que os partidos políticos da esquerda seguiram a visão tradicional da homossexualidade, adotada pelo movimento comunista internacional, na qual “o homossexualismo era um produto da decadência burguesa e desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado e com o estabelecimento da sociedade comunista” (GREEN, 2012, p.72).

Daí compreendemos o pensamento das esquerdas brasileiras no período. Ao anular as individualidades dos sujeitos e querer enquadrar seus militantes dentro de uma dicotomia, muitos tiveram que se esconder ou deixar de lado a militância para viverem suas vidas enquanto sujeitos homossexuais ou vice-versa. Como no caso de Herbert Daniel que conta em seu livro, *Passagem para o próximo sonho* (1982), que “como optei pela revolução, tive que esquecer a minha sexualidade”. MacRae aponta as “dificuldades tanto a nível tático quanto estratégico de um entrosamento da luta dos homossexuais organizados com a militância socialista” (2018, p.38). Complementando esse pensamento Quinalha (2017) informa que “reivindicar a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero também representava um desafio bastante incômodo aos partidos e grupos vinculados aos setores mais tradicionais da esquerda [...]” (p.284).

Carlos e Mário¹⁷, dois militantes da esquerda pela Aliança Nacional Revolucionária (ALN), foram presos por atividades subversivas. Assumiram seu relacionamento gerando dúvidas entre outros tantos militantes de grupos de esquerda, sobre o que se devia fazer em relação àquilo. Uma primeira solução foi querer condená-los à morte pelo seu comportamento tido como contrarrevolucionário. Relatos como este reforçam um certo conservadorismo adotado por um dos vários movimentos de esquerda, que no período não se importava com a luta homossexual (GREEN; 2012).

Colunista mais lido Última Hora de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal. Celso Curi, o rapaz da “Coluna do Meio”, foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de “contenção de despesas”. A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que ousou transformar em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: o homossexualismo. Por causa disso ele também foi incurso no Art. 17 da Lei de Imprensa – “ofender a moral e os bons costumes” – e, processado, poderá ser condenado a um ano de prisão (Reportagem “Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime deste rapaz?” Lampião da esquina; p. 6, nº 0, abril de 1978).

O relato acima trata-se do caso, noticiado na edição experimental nº 0 de abril de 1978 do jornal *Lampião da Esquina*, do jornalista Celso Cúri, então redator da “Coluna do Meio” do jornal paulista *Última Hora*. A chamada “Coluna do Meio” do jornalista Celso Cúri era voltada ao público homossexual onde o mesmo “brincava com personagens de criação própria, contava piadas, noticiava acontecimento sociais ou não e publicava um Correio Elegante [...]” (Lampião da esquina; p.6, nº 0, abril de 1978). O jornalista foi processado com base no Artigo 17 da Lei de Imprensa por ofender

de modo contínuo, no período compreendido entre 5 de fevereiro e 18 de maio de 1976, a moral pública e os bons costumes” na coluna do Meio, cujo nome não deixa dúvidas quanto ao assunto tratado, o homossexualismo que é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promove-las através da seção Correio Elegante. Alguns textos da Coluna do Meio foram selecionados e apresentados pela promotoria como peças de acusação; entre eles: notícias sobre homossexuais da Inglaterra e Estados Unidos; transcrição de uma entrevista do soldado americano Nel B. Thomas, pedindo liberdade de amor para os homossexuais e bissexuais do exército; os termos “herói gay”, “enxutos da Baixada”, “terrível perseguição”, “Cidade Ma-ra-vi-lhooo-sa”. (Lampião da esquina; p.6, nº 0, abril de 1978).

¹⁷ O autor utilizou pseudônimos para falar se referir as vítimas do fato narrado.

As perseguições às homossexualidades¹⁸ durante a ditadura ocorreram sob o discurso moralizante da prevenção da “moral e bons costumes”. Como revela o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), os discursos legitimavam as violências diretas contra qualquer diversidade sexual e de gênero (SILVA; COSTA E BRITO; p.215). Nesse sentido, a adoção da perspectiva de gênero possibilita a abordagem das perseguições e violações sofridas por mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, travestis e lésbicas. Os recortes de gênero, sexualidade e raciais são atualmente mais que necessários na compreensão de contextos culturais e sociais do regime civil-militar brasileiro.

Quinalha (2017) muito bem observa tais questões relacionadas ao controle das sexualidades ligados a regimes autoritários apontando que a ditadura civil-militar brasileira foi reprodutora de uma política sexual heteronormativa que buscou controlar os corpos através de mecanismos repressores camuflados no discurso de defesa da moral e bons costumes. Quinalha ainda problematiza o fato da historiografia acerca do regime civil-militar ter se concentrado apenas nos embates políticos partidários, excluindo toda uma discussão sobre as questões de gênero, raça e classe. Partindo desse apontamento, Quinalha defende que a ditadura para além de ser civil e militar, foi também cisheteronormativa.

É importante perceber que as perseguições ao meio LGBT ocorreram sob o discurso moralizante da prevenção da moral e bons costumes. A adoção da perspectiva de gênero possibilita a identificação dos sujeitos enquanto homossexuais e as perseguições e violações sofridas por estes. Assim como a categoria interseccional auxilia na compreensão das múltiplas opressões que atuam simultaneamente nos sujeitos, os recortes raciais, classistas e de gênero são atualmente mais que necessários na compreensão de contextos culturais e sociais. Vemos que de certa forma houve uma polarização dos movimentos, entretanto, no contexto dos anos 1970-1980, estes movimentos atuaram em conjunto pelo fim da ditadura civil-militar-cisheteronormativa.

¹⁸Utilizo o termo homossexualidades para me referir a gays, lésbicas, travestis e transexuais, visto que o termo LGBT não existia no período aqui trabalhado.

CAPÍTULO III – O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1979-1981)

3.1. “UM JORNAL HOMOSSEXUAL E DAS MINORIAS”

O *Lampião da Esquina*, jornal feito por e para o público homossexual surge em meio a à ebulição do fim da década de 1970, período que as mulheres tentavam se organizar inspiradas no feminismo e negros e negras buscavam trazer para discussão as suas questões acerca do racismo, da cultura negra e sua organização enquanto grupo identitário. Nesse contexto, um grupo de artistas, jornalistas e intelectuais se unem em torno da ideia da “criação de um jornal que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente” (TREVISAN; 2018, p.316).

[...] estaremos mensalmente em todas as bancas do país falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias”. (O Conselho Editorial, *Lampião da Esquina*; nº 0, abril de 1978)

Imagem 4 - Capa da 1ª edição



Lampião da Esquina; nº 0, abril de 1978

Imagem 5 - “Saindo do Gueto”



Lampião da Esquina; nº 0, abril de 1978

O jornal *Lampião da Esquina* surge com a proposta de reivindicar visibilidade, afirmar uma identidade e até mesmo impulsionar as “saídas dos armários” dos vários homossexuais em todo o país (MAIOR JR; 2015). Seu discurso de positivação viabiliza a construção de uma identidade homossexual que perpassa diversos fatores sociais que vão fazer parte da

construção de uma identidade e/ou uma cultura de um grupo. O discurso empregado no jornal defendeu também a necessidade de se pensar as outras causas sociais, principalmente as questões das mulheres e negros (MACRAE; 2018). Nesse sentido o *Lampião* contribuiu para “discussão de temáticas concernentes às minorias étnicas e de gênero na sociedade brasileira” (TREVISAN; 2021, p.225).

Lampião se destacava por tematizar a sexualidade e os costumes de um modo muito mais ousado do que seus pares “nânicos”, que ainda permaneciam um tanto vinculados a organizações mais tradicionais da oposição à ditadura, excetuando-se os jornais feministas que, sem depositar ilusões à direita, já rompiam com as amarras que determinados setores da esquerda representavam para o avanço das lutas das mulheres (QUINHALHA; 2017, p. 285).

Considerando o período vigente, o jornal refletiu “as mudanças comportamentais pelas quais o Brasil e o mundo estavam passando” (RODRIGUES, 2015, p.91). O período marcado pelo processo de abertura política amplia a mobilização e vê a sociedade organizar-se novamente. Estudantes, intelectuais, negros, mulheres e homossexuais articulam-se contra o regime civil-militar-cisheteronormativo, tal movimentação no país só é possibilitada pelo fim do AI-5.

Em *A Construção da Igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* (2018), de Edward MacRae, aborda o nascimento e organização do movimento homossexual brasileiro nos fins do regime civil-militar. Sua obra assim como as obras de James Green e João Silvério Trevisan, lança uma luz sobre o protagonismo homossexual no Brasil da ditadura, assim como apontam as questões em comum com os outros movimentos sociais brasileiros do período. Essas obras, contudo, priorizam o contexto do Sudeste e o protagonismo de homens cis, gays e brancos, pouco abordando a importância das mulheres cis lésbicas, travestis e transexuais para a emergência dos - no plural - movimentos homossexuais no Brasil.¹⁹

De acordo com MacRae (2018) a fundação do jornal remete a visita do editor da revista *Gay Sunshine Press*, Winston Leyland, ao Brasil, no final de 1977. Leyland buscou contato com autores brasileiros, a fim de reunir contos para uma proposta de antologia da literatura latino-americana gay. Antonio Mascarenhas promoveu o encontro do editor

¹⁹ Para uma análise que expande essa abordagem, pluralizando contextos e sujeitos, ver: **Clio sai do armário:** Historiografia LGBTQIA+ / Organizadores: Rita Colaço Rodrigues; Elias Ferreira Veras; Benito Bisso Schmidt. 1ª edição – Letra e Voz, 2021.

estrangeiro “com vários escritores brasileiros como Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, João Carlos Rodrigues, Darcy Penteado e Caio Fernando Abreu” (CARNEIRO; 2017, p.51). MacRae informa que várias outras reuniões foram realizadas com outros intelectuais e que as discussões revelaram o desejo de se criar um jornal brasileiro de temática homossexual.

Apesar do *Lampião* ter conquistado mais visibilidade, ele não foi o primeiro, nem o único jornal a abordar a questão da homossexualidade no Brasil. Segundo MacRae (2018), cerca de 27 publicações voltadas ao público homossexual chegaram a circular no país entre a década de 1960 e começo da década de 1970, mesmo com as tensões políticas (RODRIGUES, 2015, p.89). Alguns chegaram a aparecer no próprio *Lampião* através das sessões de interação com o leitor.

Em sua equipe editorial, o *Lampião da Esquina* contava apenas com homens-cis gays de classe média-alta²⁰, sendo composto pelos jornalistas: Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas. A escolha do nome *Lampião da Esquina* foi feita por Aguinaldo Silva, com a ideia de um jogo de palavras de duplo sentido que o título carregava. *Lampião* remetendo ao símbolo de virilidade que representa o cangaceiro Virgulino Ferreira, popularmente conhecido por Lampião; e *esquina* remetendo à marginalidade, criminalidade, etc.

O jornal nasce com sete seções, são elas: Opinião (referente ao conselho editorial); Ensaio; Esquina (referentes a artigos e notas variadas); Reportagem; Literatura; Tendência (parte cultural dividida em 3 subseções: livros, exposição e peça) e Cartas na Mesa; A seção Bixórdia aparece a partir da 5ª edição, e era dedicada as fofocas em geral (RODRIGUES; 2015), (MAIOR JR; 2015).

(...) Mas um jornal homossexual, para quê? (...) Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (...). (“Saindo do Gueto”; O *Lampião da Esquina*; nº 0, abril de 1978)

²⁰João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso* (2018), relata que mulheres artistas e jornalistas foram convidadas a participarem do jornal, mas que negaram o convite (p.317).

Já na sua primeira edição, nº 0, de abril de 1978, o *Lampião* apresentou um discurso de posituação da homossexualidade, que por sua vez foi possibilitada por múltiplos fatores iniciados nos anos 1950 e 1960. Neste período aumentou significativamente o número de estabelecimentos que se tornaram espaços de sociabilidade homossexual, principalmente no eixo Rio-São Paulo, como também de reflexões acerca da sexualidade, inauguradas pelo movimento norte-americano (RODRIGUES, 2015, p.91) (GREEN, 2019) (MAIOR JR, 2015).

O número inaugural teve uma tiragem de 10 mil exemplares (MACRAE, 2018, p.143). Um editorial com o título “Saindo do Gueto” expôs a motivação dos fundadores de criar um jornal cuja temática era vista como secundária pelas organizações políticas, pois a preocupação destas era sobretudo a chamada “luta maior”, que fez com que muitos que participaram dessas organizações abrissem mão de sua sexualidade, considerada coisa de “pequeno burguês”, em nome da restauração da democracia (GREEN; 2012, p.73).

[...] estaremos mensalmente em todas as bancas do país falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.” (O Conselho Editorial, O Lampião da Esquina, abril de 1978)

Lampião da Esquina possuiu o diferencial em sua diversidade de temas abordados como também na seriedade com o que os tratava. Conseguiu agradar a muitos e ao mesmo tempo despertar a manifestação dos que condenavam tal ousadia. “Tratava-se de textos e fotos que convidavam à ação, à aceitação de si, à ideia de que os desejos de seus leitores pudessem ser externados sem culpas. Textos e fotos convidavam, enfim, sem meias palavras, ao ‘assumir-se’” (MAIOR JR; 2015, p. 28-9).

O jornal serviu como instrumento para a organização e emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), estando relacionado ao surgimento do Grupo Somos. Seu surgimento combinou com os primeiros passos do movimento homossexual brasileiro “o que fez do jornal uma espécie de porta-voz desse sujeito coletivo e ainda amorfo que se organizava politicamente” (QUINALHA; 2017, p. 287).

Nesse contexto, temos grupos formados por gays e lésbicas, principalmente - e não somente em São Paulo - que se reuniam em prol de suas pautas. De acordo com Regina Facchini por movimento homossexual entende-se:

[...] como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (2003; p.84)

O *Somos* assume lugar predominante na historiografia e na memória do movimento LGBT no Brasil, como primeiro grupo de homossexuais organizado no cenário brasileiro, fazendo sua primeira aparição pública com uma carta endereçada ao Sindicato de Jornalistas de São Paulo, onde assinou com o nome de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais (MACRAE, 2018).

Foi somente em fevereiro de 1979, durante a Semana de Minorias realizada pelo Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), que o grupo adotou o título de “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” (SIMÕES, 2009, p. 96). Com o evento ocorrido na USP, o grupo passou a ser amplamente conhecido.

Durante o ano de 1979, o *Somos* incorporou novos integrantes, incluindo mulheres. O grupo então passou a ter subgrupos chamados primeiro de grupos “de identificação” que depois passaram a se chamarem grupos “de reconhecimento”, e teve também os “grupos de atuação”, que tinham a função de ativismo (GREEN, 2015, p.192). Dois subgrupos do *Somos* foram o Lésbico-Feminista (LF) e o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), que se desvincularam em 1980. Ideologicamente o *Somos* possuía uma parcela de seus integrantes favoráveis a união com a esquerda enquanto outra parte era contra (RODRIGUES, 2015, p. 114).

Alçado a pioneiro no que ficaria conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), o *Somos* manteve um diálogo constante com o *Lampião da Esquina*, especialmente, pela atuação de João Silvério Trevisan, tanto no grupo, quanto na edição do jornal. Ailton Carneiro (2017) explica que esta aliança ajudou tanto o jornal como o grupo. Constantemente o jornal apresentou notícias sobre as ações do *Somos*, como os integrantes do grupo ajudavam na comercialização do jornal.

Os conflitos internos no *Somos* acarretaram em um racha que culminou no fim da organização no ano de 1982, um ano após o encerramento do jornal. O ápice das divergências foi a proposta de James Green, no I Encontro de Homossexuais Organizados (EGHBO), realizado em São Paulo, de “se obrigar” o Movimento Homossexual a participar da

comemoração do 1º de maio em São Bernardo do Campo, São Paulo (CARNEIRO, 2017, p.56). Green que assumiu a dupla militância (Somos e a Convergência Socialista) foi visto com desconfiança, sendo acusado de querer manipular o grupo (SIMÕES, 2009, p. 105). No artigo que escreve para o livro *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018), Green afirma que com a saída dos nove membros do Somos “houve certo alívio pois diminuiu o discurso sobre a disputa pelo poder pelas pessoas que constantemente insistiram em impor a sua visão sobre o poder dentro do grupo” Por fim, estes nove membros saíram do Somos e formaram o Grupo de Ação Homossexualista, que depois mudou de nome e ficou conhecido como Outra Coisa. Esse racha foi noticiado no *Lampião*, na edição nº 25, de junho de 1980.

Durante a análise da fonte e leitura da bibliografia acerca do jornal, nota-se que houve uma atenção maior para os movimentos feminista e negro. Sobre essa questão, MacRae (2018), nos conta:

Depois do movimento feminista, foram os negros os que receberam as maiores simpatias do jornal, principalmente no tocante às suas denúncias de arbitrariedades e violências policiais. Nestas se revelava uma grande proximidade entre as dificuldades encontradas por eles e pelos homossexuais. A militância dos grupos negros foi tratada com bastante atenção e temas receberam coberturas de páginas inteiras, como as comemorações do dia de Zumbi e a inclusão de dados raciais ao censo da população nacional (p.147).

De acordo com Petrônio Domingues (2007) “Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” (p.101). O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fruto dos outros movimentos negros anteriores que se formaram e atuaram desde o período pós-abolição. Entretanto, o Movimento Negro Unificado teve dificuldades de organização no período da década de 1970, onde a elite brasileira difundia a ideia de que o Brasil vivia em uma democracia racial.

Para Domingues (2007), “o nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional” (p.114), destacando ainda que nessa nova fase do movimento negro “a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade” (p.115).

A 15ª edição em Agosto de 1979, vem estampado na capa o ativista negro Abdias Nascimento²¹ e o título “*Negros: qual é o local deles?*”. Esta entrevista concedida por Abdias abordou várias questões relacionadas ao período em que viviam como o extermínio ao povo negro; o lado reacionário das forças progressistas quanto à pauta negra; a posição das instituições partidárias e sociais como a Igreja.

Lecy Brandão – mulher, negra e lésbica – também teve destaque na capa da edição nº 6 de novembro de 1978. Com Lecy foram tratados das discriminações que sofreu enquanto mulher, negra e assumidamente lésbica. Em outros momentos os negros também apareceram como nas reportagens sobre o dia da consciência negra, nos artigos de Rubem Confete sobre vida e cultura negra (MACRAE, p. 147).

As passagens sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) no jornal *Lampião da Esquina* abriram espaço para se começar a pensar os marcadores sociais dos sujeitos, diferenciando-os em classe, gênero e raça. O movimento negro aparece no jornal em entrevistas, reportagens e artigos, sobre a atuação do movimento negro, o dia da consciência negra, críticas ao regime, e também cultura.

Dentro do movimento negro o fator racial abre questionamentos sobre a construção da masculinidade do homem negro e seus desdobramentos que acarretaram na dificuldade de aceitação do segmento heterossexual dos homossexuais, sendo os últimos considerados “vergonha da raça” (MACRAE, 2018, p. 332).

²¹ Abdias Nascimento (1914-2011), foi escritor, foi militante do movimento negro, participou de grupos políticos na época do regime militar. Exilou-se nos Estados Unidos. Foi fundador do Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944 dentre outras coisas. Ver mais em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento>>; < <https://www.geledes.org.br/o-farol-abdias-nascimento/> >.



Imagem 6 – Negros qual é o lugar deles?
Ed. nº 15, agosto de 1979



Imagem 7 – Reportagens
Ed. nº 15, agosto de 1979

Como dito anteriormente mulheres²² foram convidadas a participarem do Conselho Editorial, mas recusaram o convite. A primeira participação de uma mulher se deu com Marisa Fernandes, que assinou um texto publicado na seção Opinião com o título “Nossas gaiolas comuns” na edição 01 de maio/junho de 1979. Marisa foi/é um importante figura na história do movimento lésbico-feminista iniciado após as subdivisões do Grupo Somos/SP, onde surgiu subgrupo Lésbico Feminista (LF) e posteriormente o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), sendo este segundo grupo independente²³.



Imagem 8 - Pautas feministas
Ed. nº 11, abril de 1979

²² Nenhuma indicação de quem seriam essas mulheres convidadas foi encontrada durante a leitura da fonte e bibliografia.

²³ Ver sobre em: FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade** / organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. – São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330p. Cap. IV

A violência e os abusos policiais foi tema que também teve bastante destaque nas páginas do Lampião. Pôde-se traçar um perfil de dois delegados classificados como especialmente agressivos, são eles: José Wilson Richetti, em São Paulo, e Deraldo Padilha no Rio de Janeiro.

José Wilson Richetti, ou apenas delegado Richetti, era chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro em São Paulo com cargo assumido no mês de maio de 1979. Richetti comandava rondas policiais higienistas que tinham por objetivo retirar da área central a presença de prostitutas, travestis e homossexuais. As batidas realizadas em espaços de sociabilidade homossexual enquadravam os indivíduos na lei da vadiagem. Ficou conhecido pelas Operações Limpeza e Rondão, onde atacou o centro da cidade, “a boca do lixo, o Largo do Arouche e as áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e gays” (FERNANDES; 2015, p.135).



Imagem 9 - Manchetes sobre os delegados José Richetti e Deraldo Padilha Lampião da Esquina, ed. 23, julho de 1980

Deraldo Padilha, delegado de polícia na extinta Guanabara, era acusado de utilizar os métodos mais truculentos para extrair confissões de presos e perseguir moradores de favelas, homossexuais e prostitutas. Sobre a atuação de Deraldo Padilha, temos um relato de Jane Di

Castro, mulher transexual e artista Jane assim como tantas outras²⁴ sofreu nas mãos do citado delegado.

Delegado Padilha, o terror dos homossexuais e artistas transgêneros de teatro nos idos anos da década de 1960. Numa noite chuvosa, saindo do teatro Rival, maquiada e segurando uma peruca na mão, ia para a boate Drink fazer o meu show, em Copacabana, cujos proprietários eram Cauby Peixoto e sua irmã Andiara. Fui abordada por ele e seus capangas, escondidos ao lado do teatro. Me levaram para o 3ª DP, na rua Santa Luzia, no centro do Rio. Me bateram, me torturaram com cassetetes e me colocaram atrás das grades. Não conformados, de vez em quando me jogavam baldes de água fria. Chegando lá, encontrei presas, Jaqueline e a eterna Fabete, também artistas do Rival. Sofreram como eu. Ele tinha ódio de mim porque sempre corria muito dele e não conseguia me pegar. Corríamos em grupo. E nesse grupo sempre estavam a saudosa Rogéria, Eloina, Aguinaldo Silva e muitos outros. Esse miserável e infeliz me perseguiu muito, o quanto pôde, mas nesse dia foi fatal. Muitos não acreditam na ditadura. Saibam que vivi o antes, o durante e o depois. Mesmo com todos esses traumas conseguir seguir adiante com a minha arte e ser o que sempre fui. Uma pessoa de caráter e longe da marginalidade. Também amo minha família. Que esse desgraçado esteja até hoje queimando na fogueira do inferno. E que esses tempos nebulosos não voltem nunca mais (CASTRO, Jane. 2019.)²⁵

Segundo Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (apud RODRIGUES, 2015, p.98)”. Dito isto o jornal ofereceu espaço de debate buscando criar vínculos com “minorias, como negros, feministas, os índios, e com as ‘minorias dentro das minorias’ – michês, travestis, prostitutas etc (Idem)”.

Apesar de se mostrar como um veículo de informação aberto às outras minoras, o jornal nunca conseguiu ser totalmente aceito por estas. Edward MacRae conta que “a centralidade de seu foco em temas relacionados à homossexualidade emprestava-lhes um estigma que parecia por demais ‘contagante’, afugentando os segmentos heterossexuais de seu público potencial” (MACRAE, 2018, p. 151).

Para Jorge Caê Rodrigues (2015) o jornal buscou atingir um público muito diverso e com muitas questões individuais, podendo ser essa diversidade de público percebida nos vários temas que o jornal tratou em suas páginas. Seu intuito então era a identificação com seus iguais sem uma classe social definida.

²⁴Relatos dessas mulheres podem ser assistidos no documentário *Divinas Divas*, produzido por Leandra Leal em 2016. O documentário apresenta a história de várias artistas travestis e transexuais na década de 1970, estas relembram o passando de quando tiveram que resistir aos diversos abusos policiais e desafiaram a moral e os costumes do regime civil-militar. O documentário pode ser encontrado gratuitamente na internet.

²⁵Relato retirado de: <https://extra.globo.com/famosos/cantora-jane-di-castro-faz-relato-sobre-perseguido-durante-ditadura-me-bateram-me-torturaram-23915208.html>. Acesso em: 19/08/2021.

Benjamin Cowan (2015) no artigo *Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar*, faz uma importante análise sobre o período e as formas de como eram enquadradas as homossexualidades na lei de segurança nacional. Para a segurança nacional a manifestação da homossexualidade era vista como subversão, e os temas relacionados – identidade e direitos – parecia fazer “parte de um complexo desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão” (Ibid; p.28).

Por tal razão as homossexualidades foram vigiadas e controladas durante todo o período do regime civil-militar. Seguindo essa linha de pensamento o *Lampião da Esquina* esteve na mira da censura desde sua emergência, Renan Quinalha (2018) mostra que a espionagem sempre esteve atenciosa ao risco que o *Lampião* representava para a moral e aos costumes.

Lampião tocava em tema delicados, merecendo uma preocupação constante por parte dos órgãos de informação que faziam o monitoramento da imprensa. Isto porque [...] para além de criticar politicamente o regime, o jornal trazia uma proposta nova de integrar-se às lutas democráticas como uma agenda de minorias marginalizadas, até então, dentro do próprio campo oposicionista” (QUINALHA; 2018, p. 295).

Já em sua 5ª publicação o Conselho editorial informa aos leitores sobre a pressão que o jornal enfrentava desde agosto de 1978. Onde se instaurou um inquérito policial que teve duração de 1 ano. A polícia buscou enquadrá-los na lei de imprensa. O jornal foi descrito como “mensário que defende o liberalismo [sic] sexual e faz propaganda do homossexualismo (Ibid; p.296). Durante as edições seguintes foi possível perceber o andamento do inquérito instaurado a partir das publicações do próprio jornal que a todo tempo informou ao seu público o que estava enfrentando.

Na edição nº 18 em janeiro de 1979, o jornal estampa na capa “Justiça arquiva inquérito contra Lampião”, com o título “Somos todos inocentes” o conselho editorial detalhou as violentações sofridas e também a confiança que tiveram para resistir às pressões sofridas durante um ano de investigação.

O jornal chegou ao fim no ano de 1981, pois enfrentava crises financeiras como também as divergências dos editores acentuaram a crise do jornal. A crise pôde ser percebida nas publicações que se seguiram a partir da edição nº 27, que buscou atingir um novo público, mas que não obteve êxito; como também na edição nº 32, que não apresentou mais o conselho

editorial, constando apenas o nome de Aguinaldo Silva. O jornal foi um importante veículo de mobilização homossexual assim como de reconhecimento das minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente meu encontro com o *Lampião da Esquina* aconteceu ainda no início da graduação. Tenho hoje uma sensação de gratidão a esse jornal que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa e de tantas outras.

A escrita desse trabalho por muito tempo foi por mim adiada. O contexto em que se encontra o país, a desvalorização da ciência muito nos influencia em certas decisões e nos tira esperanças de investir na pesquisa. Desenvolver uma pesquisa independente do nível que seja ela não é uma tarefa simples ainda mais em um momento tão delicado em que estamos passando, ainda sim, ter concluído nesse momento significa uma grande vitória contra meus próprios pensamentos e sentimentos.

O jornal marcou toda uma geração de homossexuais que iniciaram o debate em torno das questões acerca da sexualidade, do gênero, as questões feministas, a pauta racial, étnicas e ecológicas. Em tempos de ditadura civil-militar-cisheteronormativa, mesmo que em fase considerada “mais branda” com o fim do AI-5, o jornal *O Lampião da Esquina* mostrou que em vários momentos existiram ainda perseguições ao segmento homossexual e que apesar de não existir políticas de repressão voltada para o encarceramento desta população, estes eram enquadrados por vadiagem, atentado a moral e bons costumes etc.

A criação de uma imprensa alternativa voltada ao público homossexual significou um avanço nas discussões sobre a sexualidade no Brasil como também visibilizou uma parcela da população marginalizada – especificamente homossexuais, que chamamos hoje LGBTQIA+ – que foi a proposta do jornal, mas que este também esteve aberto a outras minorias. Constatase a importância que teve o *Lampião* para a emergência do movimento homossexual brasileiro como também a sua parcela de participação na visibilidade de outras questões político-sociais, mesmo não sendo aceito como um jornal das minorias, principalmente com as pautas feministas e negras.

O jornal está associado a emergência do movimento homossexual, como também fez seu papel para a posituação da homossexualidade. O *Lampião* desafiou a ditadura civil-militar-cisheteronormativa como apontou as fobias dos partidos progressistas se opondo em dar somente importância a “luta maior” observando que as particularidades também se constituíam em lutas democráticas e necessárias na construção de uma sociedade igualitária.

Em suas páginas, as questões de gênero, raça, sexualidade e classe tomaram novo rumo a partir do estabelecimento de diálogo com os diversos movimentos resultando em novas abordagens e percepções dos sujeitos que se constituíram em grupos identitários pensando suas próprias questões e particularidades. Devemos destacar que para estas discussões o movimento feminista foi fundamental.

Atualmente podemos ver um crescente nos trabalhos desenvolvidos sobre as homossexualidades e sobretudo a utilização do jornal *Lampião da Esquina*. Embora não tenha sido o *Lampião* o primeiro periódico a se pensar e discutir as sexualidades foi o primeiro em que seus fundadores se autoafirmaram enquanto sujeitos homossexuais sendo fundamentais na história da organização do movimento homossexual brasileiro.

O *Lampião da Esquina* ainda muito tem a oferecer aos velhos e novos pesquisadores, há ainda muitas possibilidades para uma análise interseccional sobre lésbicas, travestis e transexuais, por exemplo. Finalizo esta singela contribuição à história das homossexualidades fazendo um convite a todos que chegarem a ler essa monografia para que pensem acerca dos possíveis temas que podem e devem ser explorados a partir do *Lampião da Esquina*.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: eixos temáticos. Brasília, CNV, volume 2 – texto 7. 2014.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: eixos temáticos. Brasília, CNV, volume 2 – texto 9. 2014.
- BURKE, Peter, 1937 –. **A escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. Peter Burke; tradução Nilo Odalia. – 2 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp.89-98.
- CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **Homossexuais em trânsito:** representações, militância e Organização política na Bahia. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia 2017.
- COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil:** questões feministas e de gênero. In: v. 15 n. 2 (2015): Dossiê: Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias feministas: O Centro-Oeste em debate jul/dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836>
- COWAN, Benjamim. **Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar.** In: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade / organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. – São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330p.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 03 ago. 2018
- DAVIS, Angela, 1944 -. **Mulheres, raça e classe** / Angela Davis; tradução Heci Reina Candiani. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- FERNANDES, Marisa. **Ações Lésbicas.** In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.** In: O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 / Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado [organizadores]. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira:** aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda:** os pilares básicos da repressão. In: O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 / Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado [organizadores]. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 6ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

GREEN, James N. “**Quem é o macho que quer me matar?**”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. In: *Hispanic American Historical Review*, v. 92, nº. 3, p. 437-69, agosto, 2012.

GREEN, James N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX / James N. Green; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019. pp. 401-59.

GREEN, James N. **Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo.** In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. / Bernardo Kucinski. - 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. / Edward Macrae. – Salvador: EDUFBA, 2018. pp. 119-215; 305-340.

MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. **Assumir-se ou não assumir-se?:** O Lâmpião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981) / Paulo Roberto Souto Maior Júnior. – Recife: O autor, 2015. 189f.

QUINALHA, Rena H. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 329 f. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Jorge Caê. **A imprensa gay do Brasil.** In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lâmpião iluminando esquinas escuras da ditadura.** In: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade / organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. – São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330p.

SCHMIDT, Benito; BASTOS, Mariana; MEDEIROS, Tiago. **Páginas de transgressão, de dor e de luta:** a imprensa periódica como fonte para uma história social e cultural das homossexualidades masculinas no Brasil. In: Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil / organização: Paulo Souto Maior, Fábio Ronaldo da Silva. – 1 ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. 357 p.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Edlene Oliveira; COSTA E BRITO, Alexandre Magno Maciel. **Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981)**. UFES – Programa de Pós-Graduação em História. *Dimensões*, v. 38, jan.-jun. 2017, p. 214-239. ISSN: 2179-8869

SIMÕES, Júlio Assis. **Libertários na “abertura”**. In: **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT** / Júlio Assis Simões, Regina Facchini. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196p.

SOBRAL, Thasio Fernandes. **Movimentos Homossexuais no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)** / 178 f. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2019.

TREVISAN, Fabricio. **“Contra a moral e os bons costumes”**: o jornal lampião da esquina, os homossexuais e a direita política. . In: Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil / organização: Paulo Souto Maior, Fábio Ronaldo da Silva. – 1 ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. 357 p.

TREVISAN, João Silvério. **Devasso no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** / João Silvério Trevisan. – 4ª ed. rev., atual, e amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. pp. 268-359.

TREVISAN, João Silvério. **Somos o quê mesmo?** In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1 ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

FONTES

_____ nº 10, março de 1978
_____ nº 10, março de 1979
_____ nº 14, julho de 1979
_____ nº 15, agosto de 1979
_____ nº 20, janeiro de 1980
_____ nº 25, junho de 1980
_____ nº 27, agosto 1980
_____ nº 32, janeiro de 1981